

PROCESSO - A. I. Nº 274068.0006/09-0
RECORRENTES - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL e VIVO S.A.
RECORRIDOS - VIVO S.A. e FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSOS - RECURSOS DE OFÍCIO e VOLUNTÁRIO – Acórdão 1ª JF nº 043-01/10
ORIGEM - IFEP SERVIÇOS
INTERNET - 07/10/2010

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0343-11/10

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIA SUJEITA A TRIBUTAÇÃO. RECURSO DE OFÍCIO. Descumprimento de obrigação acessória. Multa de 10% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. Autuação elidida parcialmente. Decisão Mantida. RECURSO VOLUNTÁRIO. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. Tendo o contribuinte efetuado o pagamento do valor lançado no Auto de Infração, fica caracterizada a perda superveniente do interesse recursal, devendo ser julgado prejudicado o Recurso Voluntário interposto contra a Decisão de primeira instância administrativa, bem como declarada a extinção do crédito tributário e do processo administrativo fiscal. Recurso de Ofício **NÃO PROVIDO**. Recurso Voluntário **PREJUDICADO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recursos Voluntário e de Ofício interpostos contra a Decisão da 1ª Junta de Julgamento Fiscal (Acórdão JF nº 0043-01/10), que julgou procedente em parte o presente Auto de Infração, lavrado em virtude do cometimento das seguintes irregularidades:

1. Deu entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal, nos meses de fevereiro a abril, junho, agosto, outubro a dezembro de 2004, sendo imposta multa por descumprimento de obrigação acessória no percentual de 10% do valor comercial das mercadorias, correspondendo a R\$ 283.640,79;
2. Deu entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis sem o devido registro na escrita fiscal, nos meses de fevereiro a abril, setembro e outubro de 2004, sendo imposta multa por descumprimento de obrigação acessória no percentual de 1% do valor comercial das mercadorias, correspondendo a R\$ 6.554,11.

A Junta de Julgamento Fiscal rejeitou a decadência suscitada e, no mérito, decidiu a lide com lastro nos seguintes fundamentos, *in verbis*:

“No mérito, constato relativamente à infração 01, que o impugnante comprova que as Notas Fiscais n.s 26042, 26045 e 26046, referentes ao mês de novembro de 2004, mesmo que intempestivamente foram registradas no mês de fevereiro de 2005, fato reconhecido pelos próprios autuantes que ao prestarem a informação fiscal apresentaram demonstrativo com a exclusão do valor de R\$ 115.624,00, correspondente ao total das multas das mencionadas notas fiscais, resultando na supressão do mês de novembro de 2004 do levantamento fiscal.

Observe que o impugnante reconhece o cometimento da infração 01, apenas no que diz respeito ao mês de dezembro de 2004, por entender não estar alcançado pela decadência, inclusive, esclarecendo que requereu o documento de arrecadação para efetuar o recolhimento.

No que concerne aos demais meses, ou seja, fevereiro, março, abril, junho, agosto e outubro de 2004, afastada a decadência argüida pelo impugnante pelas razões acima expostas, verifico que este não traz aos autos qualquer elemento de prova capaz de elidir a autuação, a exemplo do que fez no mês de novembro de 2004.

Assim sendo, a infração 01 é parcialmente subsistente no valor de R\$ 168.01

No que concerne à infração 02, afastada a decadência argüida pelo impugnante, verifico que este não traz aos autos qualquer elemento de prova capaz de elidir a autuação. Na realidade

Created with



nitroPDF professional

download the free trial online at nitropdf.com/professional

exclusivamente a decadência do direito da Fazenda Pública constituir o crédito tributário. Infração mantida no valor de R\$ 6.554,11.

Diante do exposto, a autuação é parcialmente subsistente, passando o valor originalmente exigido no Auto de Infração de R\$ 290.554,11 para R\$ 174.570,90.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração”.

Por força do disposto no art. 169, inciso I, alínea "a", item 1, do RPAF/99, a Junta submeteu o acórdão prolatado à apreciação desta Câmara de Julgamento Fiscal.

O sujeito passivo, de seu turno, interpôs o Recurso Voluntário de fls. 162/170, suscitando prejudicial de decadência e, no mérito, pedindo a declaração de extinção do crédito fiscal.

Através do despacho de fl. 174, os autos foram encaminhados à PGE/PROFIS para manifestação acerca da decadência.

Às fl. 176, o sujeito passivo informa que efetuou o pagamento integral do crédito tributário, mediante a utilização dos benefícios da Lei Estadual nº 11.908/2010.

Às fls. 184/185, vieram aos autos os comprovantes de pagamento integral do valor lançado no presente Auto de Infração.

VOTO

O Recurso de Ofício não merece provimento, pois a redução promovida quanto ao valor inicialmente lançado no item 1 decorreu da constatação de que as Notas Fiscais nºs 26042, 26045 e 26046, ainda que tardiamente, foram lançadas na escrita fiscal do contribuinte, de maneira espontânea, antes da lavratura da presente autuação, não podendo, assim, persistir a exigência da multa imposta, que se refere justamente à falta de escrituração de tais documentos.

Quanto ao Recurso Voluntário, a análise dos autos, especialmente dos documentos de fls. 184/185, revela que o sujeito passivo efetuou o pagamento do débito lançado neste Auto de Infração, utilizando-se dos benefícios da Lei de Anistia do ano de 2010.

O pagamento do débito, como cediço, é ato incompatível com o intuito de recorrer da Decisão administrativa que julgou procedente em parte a autuação, ensejando, inclusive, a extinção do crédito tributário, por força do disposto no art. 156, I, do Código Tributário Nacional.

Nas circunstâncias, resta dissolvida a lide outrora existente e caracterizada a perda superveniente do interesse recursal, daí porque julgo prejudicado o Recurso Voluntário apresentado pelo sujeito passivo.

Ante o exposto, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Ofício e JULGAR PREJUDICADO o Recurso Voluntário, devendo os autos ser remetidos ao setor competente, para que seja homologado o pagamento efetuado e, em seguida, extintos o crédito tributário e o processo administrativo fiscal, uma vez constatado que se trata de pagamento integral.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto, julgar **PREJUDICADO** o Recurso Voluntário apresentado e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº 274068.0006/09-0, lavrado contra **VIVO S.A.**, devendo o recorrente ser cientificado da presente decisão e os autos encaminhados à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento efetuado com os benefícios da Lei nº 11.908/10 e, após, o arquivamento do processo.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de setembro de 2010.

FÁBIO DE ANDRADE MOURA – RELATOR/PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

ROSANA MACIEL BITENCOURT I